

Governo divulga mais oito cadernos

28 JUL 1998

GAZETA MERCANTIL

Balanco comemora assentamento de 300 mil famílias pelo programa de reforma agrária

Patrícia Oliveira*
de Brasília

O comitê de reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso retomou ontem a divulgação dos "Cadernos de Base", com avaliações dos quatro anos de governo que servirão para fundamentar as discussões em torno da elaboração do programa para um eventual próximo mandato. O professor Carlos Américo Pacheco, da Unicamp, que está coordenando a elaboração das propostas, apresentou oito cadernos, que abrangem reforma agrária, política externa, administração pública, turismo, cultura, índios, mulheres e negros.

O governo comemorou principalmente o balanço para a área da reforma agrária. "Tudo o que foi feito neste governo representa mais do que foi feito em 30 anos no País", afirmou Pacheco, ao divulgar o número de 300 mil assentamentos, que superou a meta proposta em 1994, de assentar 270 mil famílias.

A média de assentamentos por mês foi de nove mil famílias, com a desapropriação de sete milhões de hectares, o equivalente a 26 vezes o território da Bélgica. No período de 94 a 97, o governo gastou R\$ 5 bilhões para o setor e, neste ano, devem ser investidos mais R\$ 2,3 bilhões.

Outro dado que, segundo Pacheco, ajudou o presidente Fernando

Henrique a atingir a meta foi a adoção de várias medidas institucionais e legais, como a lei do rito sumário, aprovada pelo Congresso, que agilizarão o tempo entre a desapropriação e a posse da terra. O prazo, de 280 dias, caiu para 27 dias.

A reforma propiciou ainda redução da violência no campo: o número de assassinatos caiu de 161 em 1987 para 30 no ano passado. De acordo com Pacheco, o objetivo do governo agora é reduzir a pobreza na área rural e criar condições de sustentação e emancipação das pessoas do campo em relação ao poder público.

Na administração pública, Pacheco anunciou números que já haviam sido antecipados por este jornal em sua edição de ontem, como o treinamento de 350 mil servidores públicos, desde 1994. Nesse período, houve revisão de todas as carreiras do Estado, umas sendo extintas e outras criadas, para que seja alcançada a eficiência e a racionalização na estrutura de cargos.

As principais mudanças, com emendas aprovada pelo Congresso, foram: revisão nas regras de estabilidade, novos limites e critérios para fi-

xação da remuneração, transparência e controle social das ações, flexibilização do regime jurídico dos servidores, entre outros. De acordo com Pacheco, não existe inchaço de funcionários na administração pública federal.

Na área de política externa, o governo está comemorando o título de segundo País do mundo em investimentos externos na economia. Em 95, entraram US\$ 3,9 bilhões no País, montante que subiu para US\$ 9,9 bilhões em 96 e US\$ 17 bilhões em 97, totalizando US\$ 30,8 bilhões.

"O País hoje tem a imagem de um economia que tem rumos, não provoca surpresas ou faz malabarismos em matéria de política econômica", explicou o coordenador ao ressaltar que a qualidade dos investimentos estrangeiros melhorou. "Ganhamos um novo tipo de inserção no contexto internacional, deixando de ser problema, para ser parte da solução."

Na questão que envolve os direitos dos índios, negros e mulheres, Pacheco afirmou que as ações do governo estão voltadas para afirmar os direitos civis desses segmentos, no desenvolvimento de programas sociais nas áreas de Saúde e Educação.

No caso específico dos índios, o governo já demarcou 30 milhões de hectares, o equivalente a 10% do território nacional. Com isso, está havendo crescimento da população indígena, que estava estagnada havia dez anos.

Finalmente, na área de Cultura e Turismo, os cadernos informam que o governo fez um grande esforço para gerar empregos através desses segmentos. No turismo, o desembarque cresceu 40% nos últimos três anos, de 16,7 milhões em 95 para 22,17 milhões de passageiros em 97.

O número de estrangeiros, que ficou em 3,2 milhões no ano passado, deve alcançar 3,8 milhões em 99, volume ainda considerado baixo. Na cultura, o governo se gaba de ter aperfeiçoado a legislação para que os mecanismos de isenção fiscal sejam utilizados com maior eficiência no setor.

O cinema nacional foi o maior beneficiado dessa iniciativa. O teto de renúncia fiscal, que em 94 chegava a R\$ 85 milhões mas só era 6% utilizado, ficou em R\$ 140 milhões no ano passado, sendo integralmente investido na cultura. Neste ano, deve alcançar R\$ 160 milhões. Para hoje, o comitê anunciava a divulgação de outros onze cadernos, totalizando, assim, 25. Outros seis já saíram na semana passada.

* do InvestNews

